

# A expressão da matriz Swahili no tecido urbano de Paquitequete, Pemba

Clara Luiza Miranda<sup>a</sup>  e Miguel Ribeiro<sup>b</sup> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.  
E-mail: claravix50@gmail.com

<sup>b</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.  
E-mail: miguel.m.silva@edu.ufes.br

<https://doi.org/10.47235/rmu.v14i1.543>

## Introdução

Considerando a relevância da cultura Swahili como uma expressão singular da urbanidade popular em Moçambique, hoje submetida a pressões extremas decorrentes de conflitos armados, do crescimento demográfico e de crises climáticas em Cabo Delgado, objetivase analisar a expressão dessa matriz no tecido urbano do bairro de Paquitequete, em Pemba. Dispõe-se a compreendê-la como um artefato sociocultural e uma matriz geradora de estabilidade socioespacial ao longo das mudanças históricas.

A trajetória da matriz Swahili da Morfologia Urbana dos assentamentos urbanos e rurais de Moçambique, c conforme Bruschi (2001a), tem origem na África entre o sul da Somália e o norte de Moçambique (Figura 1). Em Moçambique, a matriz Swahili manifestou-se, por meio de assentamentos de pequena escala, sobretudo ao norte do rio Zambeze, “ao longo das rotas percorridas pelos comerciantes Swahili” (Forte, 2011, p. 45, trad.), por volta do século XV (Bruschi, 2005b).

A palavra matriz, de origem latina (*mater*, mãe, útero), é utilizada no artigo no sentido de “lugar onde algo é gerado”, bem como no sentido de “primordial, principal” (Priberam, 2013, s. p.). Em Sodré (2002), o termo matriz é utilizado como padrão gerador de múltiplos arranjos, verificável por meio de permanências. Ele se comporta como “uma lei que responde pela estabilidade nas mudanças” (2002, p. 59) pelas invariantes no conjunto das diferenças, reelaboraões ou redefinições das “regras originais” (2002, p. 59). Assim, essa noção teórica fundamenta a leitura da matriz Swahili no artigo.

O artigo trata da expressão da matriz Swahili no tecido urbano do bairro de Paquitequete, localizado na cidade de Pemba, capital da província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, no Oceano Índico (Figura 2). O bairro situa-se numa península adjacente à Baía de Pemba, a terceira maior do mundo, e encontra-se numa posição favorável para a navegação, beneficiando, por conseguinte, relativamente o acesso aos mercados da região (CMCP, 2023; 2014).

Paquitequete foi o primeiro assentamento da cidade; surgiu durante a ocupação Swahili, provavelmente, no século XIX (Bruschi, 2005b). Embora, desde o século XV, os portugueses tenham se tornado os principais mercadores na região, apenas dominam o território na década de 1920 (Barrios Diaz, 2024), os esforços de colonização se iniciaram em 1857, mas paulatinamente se estabeleceram em Porto Amélia (Pemba), a partir de 1899 (Bruschi; Carrilho e Lage, 2005b). Paquitequete e os assentamentos coloniais adjacentes, Baixa e Cimento, constituem o núcleo histórico da cidade, de onde a urbanização se expande unidirecionalmente no sentido Norte-Sul devido à configuração peninsular de Pemba (UN-Habitat, 2023).

Deste modo, “Pemba não é muito antiga”, como afirma Bruschi (2005b, p. 6). Paquitequete, entretanto, guarda em seu traçado indícios da ocupação indígena anterior, constituindo o núcleo a partir do qual a urbe se expandiu.

A abordagem articula o desenho urbano tradicional Swahili à lógica de vida prática e comunitária ao longo do tempo. Para

compreender este último aspecto, remete-se ao conceito de “forma social”, segundo Sodré (2002, p. 20), pois a estrutura urbana Swahili pode ser compreendida como uma expressão orgânica de grupos comunitários sobre seu território físico, de acordo com seus laços étnicos, de parentesco, de sociabilidade e de

vizinhança, fundados na religião (o Islã árabe-africano), no respeito ao espiritual, na ancestralidade (Wynne-Jones e Fleisher, 2014), bem como nas práticas comerciais costeiras e na interação entre ruralidade e maritimidade.



**Figura 1.** Mapa das cidades-estado e entrepostos da África Oriental (cerca de 1500) (fonte: George McCall Theal, 1902, *O início da história da África do Sul*, Unwin, Londres, citado em Wikipedia)

Sodré conceitua a forma social como “conjuntos feitos de elementos múltiplos, [...] que aparecem muito concretamente em nossa experiência como um certo estilo de existência” (Ledrut citado em Sodré, 2002, p. 20). Segundo Sodré, “o espaço é também “orgânico” (existe, de fato, um espaço dos corpos vivos e dos grupos sociais)” (2002, p. 20). A relação espacial é por ele associada à noção de forma social, que tem apoio em

Santos (1999) e em Ledrut (1974).

A hipótese formulada é que, em Paquiqueute, a matriz comunitária Swahili, originalmente baseada em ancestralidade e linhagens marcadamente matrilineares, manifesta-se nas formas físicas (materiais), mesmo transformadas, com aspectos invariantes, evidenciados pela prática comunitária e social. Esta é de natureza prático-sensível e simbólica simultaneamente, enquanto a forma

urbana atua como “um ‘contentor’, produto da *techné*, que “imobiliza” e codifica, mesmo que provisoriamente, os conteúdos da prática social” (Araújo, 2012, p. 138). O tecido urbano, um elemento da estrutura urbana enfatizado na análise, retorna à sua origem

etimológica radicada na *techné*, que é “um saber prático obtido por experiência” (Chauí, 1999, p. 171). Como atividade, *techné* relaciona-se ao fazer, cuja finalidade reside no artefato “fabricado” (Chauí, 1999, p. 171).

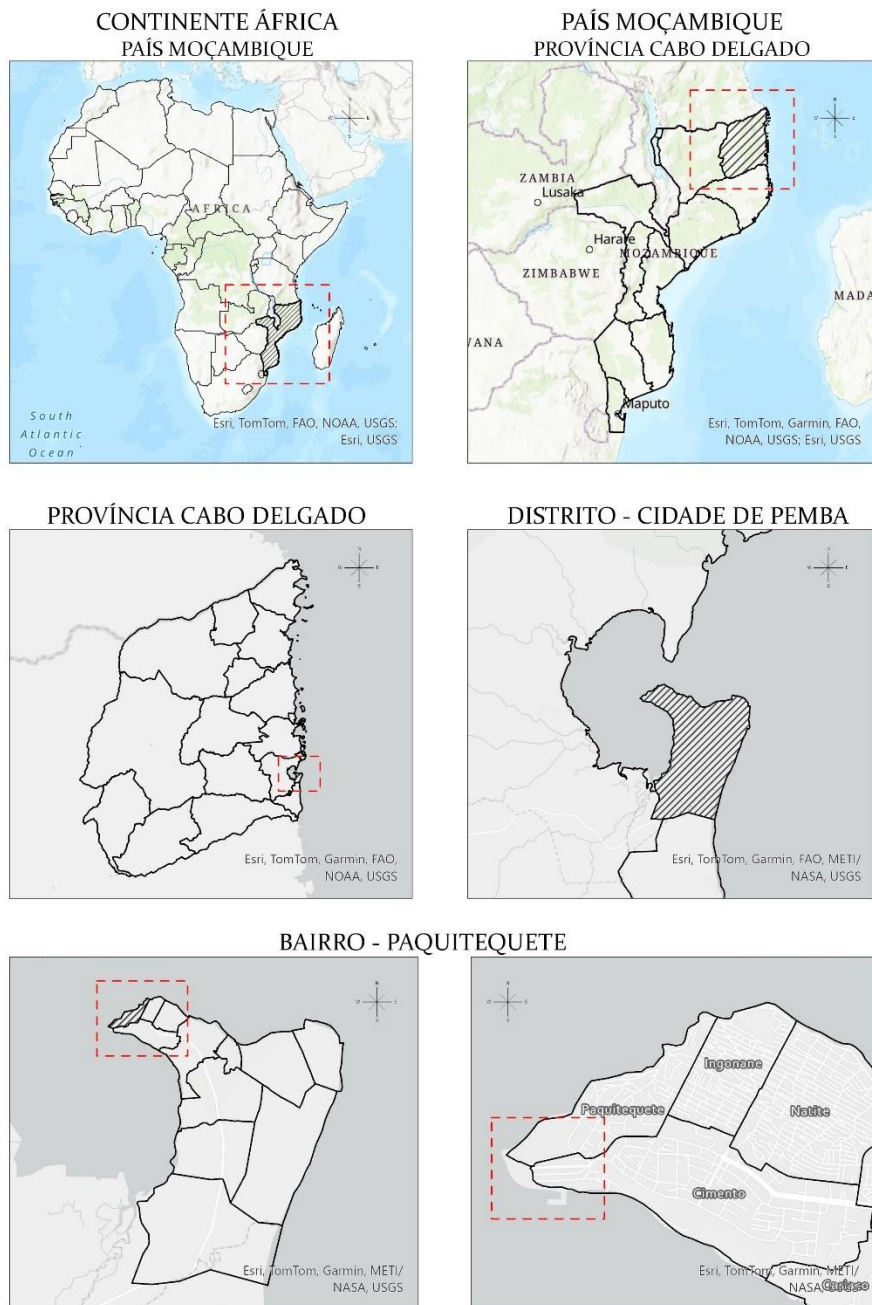


**Figura 2.** Localização de Moçambique, Cabo Delgado, Pemba e do bairro Paquitequete (fonte: Desenho de Iracema Carlos Andrade sobre a base de mapas do Portal *WebGIS* de Moçambique)

O artigo descreve a expressão da matriz urbana Swahili no bairro Paquitequete sob a dupla perspectiva teórica e histórica; propriamente, descreve a trajetória histórica (fragmentada e sintetizada) da matriz Swahili na costa oriental africana até Moçambique,

numa abordagem próxima da morfogênese urbana (Moudon, 2017).

A “morfogênese urbana” enfatiza a formação contínua e a transformação da cidade (Moudon, 2025, p. 41). Macucule (2014) utiliza o conceito de morfogênese numa

análise realizada em Maputo, designando a sua arquitetura popular, cuja forma resulta da interação entre a experiência dos habitantes e o uso do espaço, como um “artefato sociocultural” (s. p.) Macucule entende o processo de produção daquela cidade “como parte da morfogênese, em que a vivência, a solidariedade e a rebelião aos cânones urbanísticos são fundamentais para a construção de identidades” (2014, s. p.).

A análise do recorte de Paquique foi realizada a partir de mapas (Portal *WebGIS* de Moçambique), de imagens de satélite do *Google Maps* (híbrido: satélite e ruas) e, especialmente, dos estudos realizados por Del Bianco (2021); Joana Forte (2011); Pereira (2012); Bruschi, Carrilho e Lage (2005a; 2005b; 2005c) e Bruschi (2001a; 2001b; 2005b), dentre outros. Estes documentos fornecem elementos tangíveis para a análise da estrutura urbana.

### **A Morfologia Urbana na África Oriental e a matriz Swahili nos assentamentos humanos em Moçambique**

Os assentamentos humanos Swahili desenvolveram-se entre os séculos VIII e XV, na costa leste da África. A partir do século X, estabeleciam-se como cidades-estado cujas elites administravam relações mercantis oceânicas entre o continente africano e a comunidade islâmica do Oceano Índico (LaViolette, 2008 citado em Wynne-Jones e Fleisher, 2014).

As cidades Swahili são lembradas por suas construções de pedra coral; contudo, Prita Meier (2016) assinala que, por exemplo, Zanzibar (Tanzânia), Mombaça e Lamu (Quênia) apresentavam áreas distintas: bairros de coral, bairros de arquitetura de terra com telhados de palha (*macuti*) e áreas urbanas heterogêneas e miscigenadas etnicamente. Os bairros de *macuti* abrigavam a maioria da população — agricultores, artesãos, pescadores e famílias indígenas antigas. Já a arquitetura de pedra era privilégio da elite patriciã ou civilizada (*waungwana*), a classe mercantil marítima.

Wynne-Jones e Fleisher (2014) relatam que, para construir e ampliar as habitações e o ambiente, consideravam-se tanto os aspectos materiais quanto os simbólicos e sociais, em um processo baseado em relações de

parentesco, práticas sociais cotidianas e rituais.

As cidades Swahili, segundo Wynne-Jones e Fleisher (2014) e Prita Meier (2016), funcionavam como centros mercantis autônomos; também eram centros de rituais e sedes de elites mercantis e religiosas. As cidades eram organizadas em bairros (*mitaa*), que distinguiam linhagens e classes sociais. E a mesquita congregacional ocupava uma posição central na paisagem urbana. Para Wynne-Jones e Fleisher (2014, p. 119, trad.), “a mesquita representa a unidade da cidade para além da multiplicidade de origens étnicas e sociais” dos seus residentes.

O urbanismo Swahili não seguia um padrão rígido. Porém, distinguia entre espaços confinados (interiores das casas) e delimitados (áreas externas delimitadas pela disposição das construções). Os espaços abertos destinavam-se a mercados, reuniões sociais e rituais. De modo que as relações sociais eram estabelecidas por meio de uma “proxêmica espacial” (Wynne-Jones e Fleisher, 2014, p. 118), visando à manutenção da exclusividade das relações de parentesco (influenciadas pela tradição islâmica) e à distinção entre os grupos de elite e os demais. Em contraste, relativamente aos espaços públicos, foi apontada uma forma de urbanismo extraordinariamente sociável (Ghaidan citado em Wynne-Jones e Fleisher, 2014).

A disposição das casas era influenciada por protocolos sociais e ritos, com preferência pela orientação a norte ou a leste. As casas eram geminadas (encaixadas) e ampliadas conforme as necessidades familiares e rituais. A casa Swahili é a característica mais importante do ambiente urbano, pois define o desenvolvimento do tecido urbano. O traçado das ruas era usualmente irregular e o crescimento urbano era orgânico (Garlake citado em Wynne-Jones e Fleisher, 2014).

Conforme Bruschi (2005b, p. 6), provavelmente a ocupação da costa de Moçambique pela civilização Swahili não ocorreu “antes do século XIV. O sistema de assentamentos Swahili da costa era de implantação recente e de pequena escala”. Para ele, decerto, quando os portugueses chegaram, no século XV, “em vários pontos da costa setentrional, existiam portos ou desembarcadouros e pequenos assentamentos

Swahili” (2005, p. 6). Por exemplo, o porto mais conhecido era Sofala (Figura 1), que participava de uma rede mercantil de pontos de troca entre os antigos reinos do planalto, onde hoje fica o Zimbábue, a Arábia e o Oriente.

Assim, para Bruschi (2005b, p. 6), não se pode “referir a uma cultura urbana antes do século XIX” na história de Moçambique. Segundo Menezes (2001, p. 68), “os assentamentos tradicionais não [podiam] ser considerados cidades”, pois não havia instâncias cívicas e o papel social de cada indivíduo estava subordinado exclusivamente à família. Outros fatores que confirmam a urbanidade tardia: a noção de propriedade dos povos nativos não era um “fator de permanência indefinida” (Menezes, 2001, p. 63); a duração dos assentamentos nos locais dependia da fertilidade do solo e da disponibilidade de pastos, dentre outros fatores.

Deste modo, a urbanidade e a forma urbana consolidaram-se lentamente, com a colonização portuguesa e com os processos de urbanização recentes. A população local, por sua vez, manteve historicamente seus modos de vida e trabalho vinculados às áreas rurais, tendência que ainda prevalece no país (Del Bianco, 2021). Bruschi (2005b) também assinala o predomínio da campesinidade dos assentamentos humanos. A maioria da população moçambicana ainda é rural, sua estimativa total é de 34.958.973, sendo 65% rural (2023); na Província de Cabo Delgado a proporção é maior do que 76% (Censo 2017), com população estimada em 2023 de 2.670.078; em Pemba, 243.295 habitantes, de acordo com o INE (2023).

Por sua vez, o sistema portuário português do século XVI apoiou-se em uma rede comercial Swahili prévia, mas destruiu propositalmente estruturas preexistentes durante a tomada territorial. Os assentamentos, influenciados pela colonização portuguesa, criados entre os séculos XVI e XIX, “eram sempre de dimensões muito limitadas, *semiprecários*, politicamente frágeis, culturalmente dependentes”<sup>1</sup> (Bruschi e Lage citado em Forte, 2011, p. 55). Os assentamentos de maior relevância concentravam-se no litoral, pois a sua localização era determinada pelas rotas marítimas da costa do Oceano Índico (Bruschi, 2005b).

Em longo prazo, na região onde se situa a Província de Cabo Delgado, ocorreram sucessivos deslocamentos populacionais: inicialmente, migrações milenares (Macuas, Yao, Makondes, povos falantes de línguas bantas), por necessidade ou por força, provocados pelo tráfico escravista, pela diáspora e pela colonização; depois disso, por duas guerras sucessivas<sup>2</sup> (Barrios Díaz, 2024). Recentemente, os deslocamentos são causados pelo extrativismo, pelo terrorismo e por desastres climáticos (Feijó, 2021). Nesse decurso, ocorreram intercâmbios e hibridismos entre referências tradicionais, coloniais e modernas nos assentamentos rurais e urbanos.

### A casa de matriz Swahili em Moçambique

Após tratar da trajetória da matriz Swahili da África Oriental até Moçambique, esta seção aborda as mudanças progressivas ocorridas na casa Swahili, sintetizadas por Forte (2011) (Figuras 3, 4 e 6), ao longo de quatro séculos, frente ao crescente domínio português sobre o território, a partir do século XV. Conforme a literatura consultada, o processo acarretou a perda gradual da autonomia da construção dos espaços físicos e simbólicos. Concomitantemente, houve assimilação de características mútuas entre as matrizes preexistentes no sul (Kraal e Muti), no norte de Moçambique (Swahili) e a portuguesa (Bruschi, Carrilho e Lage, 2005c).

A casa Swahili se ajustou ao controle e à coerção da colonização, ao planejamento urbano e à crescente urbanização. Enfim, adaptou-se às condições normativas e modernizantes tanto da colonização portuguesa<sup>3</sup> quanto do socialismo<sup>4</sup>, pois restringiram drasticamente os critérios de escolha do sítio e os simbolismos incorporados ao espaço habitado (Forte, 2011; Veríssimo, 2013).

Conforme mencionado, no urbanismo de matriz Swahili, a casa Swahili é a unidade básica do ambiente urbano, definindo o desenvolvimento da forma urbana, em vez do lote, que geralmente tem sido o ponto de partida para a Morfologia Urbana (Borges, 2025).

Segundo Bruschi (2005b, p. 166), a casa retangular, ainda utilizada “sem modificações importantes”, derivou da “casa típica da

Península Arábica, mas o terraço foi substituído por uma cobertura de capim”. A trajetória da matriz conecta a Arábia à África Oriental, no norte de Moçambique. Por sua vez, a trajetória da casa, inserida no conjunto habitado pela família estendida, provém do campo até a sua inserção no lote urbano, designado talhão. Observam-se influências mútuas entre as configurações circulares do sul do Rio Zambeze — Kraal (agregado habitacional) e cubata (casa circular) — e a casa Muti (cômodos separados da mesma unidade habitacional) dos povos Yao, Makonde e Makhwua de tradição campesina, e a matriz Swahili, que predomina sobre as demais (Figuras 3 e 4) (Menezes, 2001). “Esta influência antiga facilitou muito o processo de adaptação dos recém-imigrados rurais na cidade” (Bruschi, 2005a, p. 166).

A figura do quadrado na Casa Swahili, em Moçambique, simbolizava a posição do assentamento em relação aos pontos cardeais e às forças do Universo (Menezes, 2001). O

conjunto entremeava espaços abertos e elementos construídos. A técnica de construção mais comum era o pau-a-pique (Bruschi, 2001a; 2001b).

Os espaços sagrados organizavam-se em torno de um eixo horizontal que conectava a casa do ancião (guardião dos ancestrais, patriarca) e a moradia principal (do chefe), na mesma linha da árvore sagrada, situada no centro<sup>5</sup>. A porta da casa principal estava posicionada a oeste, neste eixo, que também orientava o crescimento do conjunto em direção a leste. O eixo vertical orientava a disposição das demais construções; os habitantes eram distribuídos conforme a ordem social e a idade (Figura 3). As primeiras a serem instaladas eram as mulheres mais velhas e as esposas (Menezes, 2001). As mulheres ou mães desempenhavam um papel fundamental na organização social e física da casa Swahili; a cultura em torno dela era matriarcal (UNWG citado em Forte, 2011).

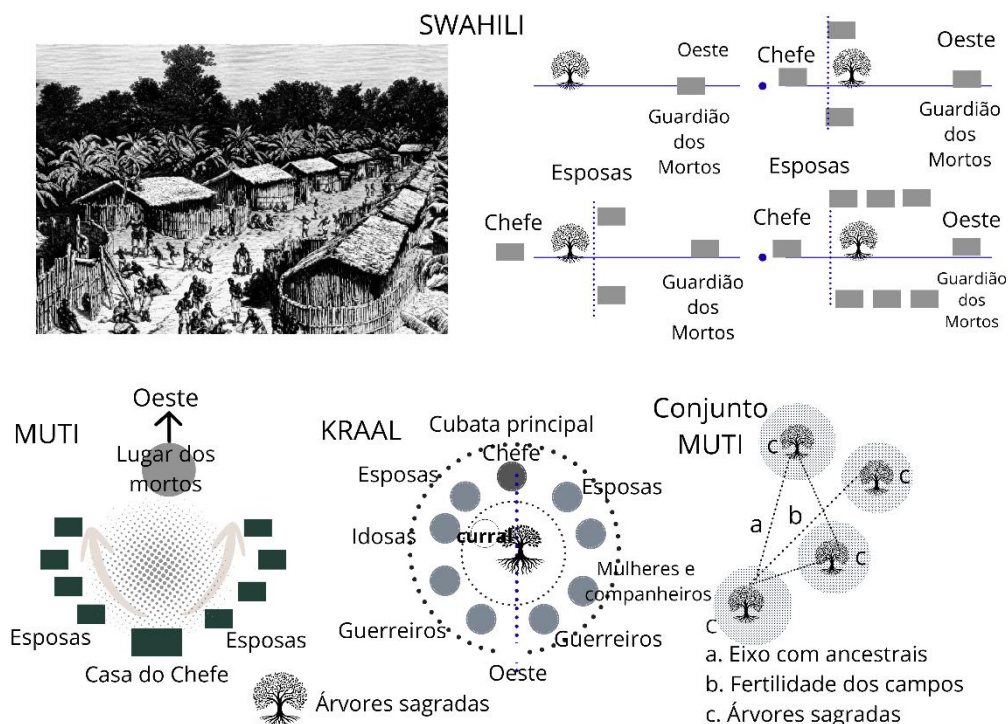


**Figura 3.** Concepções da casa Swahili, Kraal e Muti (fonte: esquemas dos autores com base em Forte (2011, pp. 46-47 e p. 49) e Menezes (2001, p. 65))

Desde o século XV, ao norte do rio Zambeze, os assentamentos evoluíram a partir do modelo da casa Swahili (Figura 4); contudo, gradualmente, os espaços simbólicos foram desaparecendo. Embora os assentamentos e as

construções mantivessem a sua forma retangular, o espaço físico passou a refletir uma lógica mais espontânea de organização ao assimilar características das edificações do interior e do sul do Rio Zambeze (Bruschi,

2005b). Daí vêm as referências à organização habitacional orgânica, composta por elementos fragmentados externos ao perímetro fechado (*open house*, segundo Forte, e “espaço doméstico exterior”, segundo

Veríssimo (2013, p. 204), que visa abrigar a família alargada, a qual partilhava recursos e meios de produção comuns. As alianças familiares mantiveram-se de natureza matrilinear (Casal, citado em Forte, 2011).

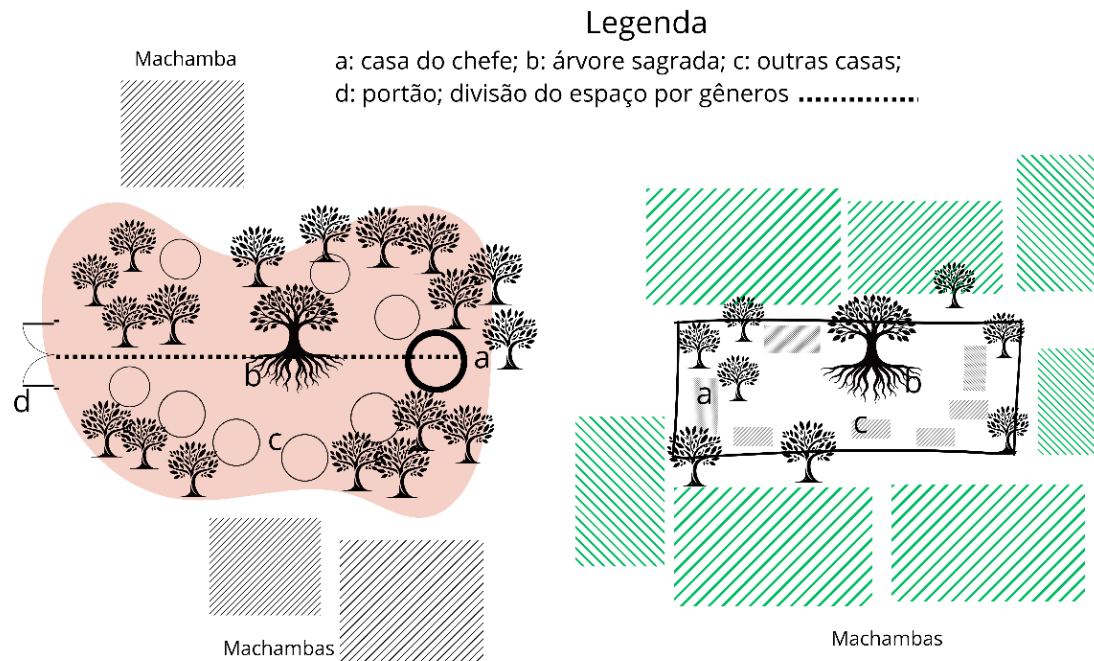


**Figura 4.** Influência recíproca entre os arranjos habitacionais Swahili, Muti e Kraal ainda em ambiente rural, destaque para as machambas, os terrenos de plantio (fonte: esquemas dos autores com base em Forte (2011, pp. 52-53) e Bruschi, Lage e Carrilho (2005a; 2005c))

A persistência das práticas familiares de origem rural é observada por Paulo, Rosário e Tvedten (2006), que relatam a separação dos agregados familiares em unidades rurais e urbanas, pois o acesso às áreas urbanas facilita a venda dos produtos agrícolas, o acesso ao emprego informal e expõe a população rural a novas ideias.

Assim, no norte de Moçambique, “a casa de planta retangular domina incontestada, embora também seja o resultado de uma transformação, o melhor de uma hibridação da casa redonda” (Bruschi, Carrilho e Lage, 2005c, p. 29). Segundo Bruschi (2005b), a geometria retangular da casa Swahili adaptou-se bem ao ambiente formal geométrico do talhão (lote) urbano. A habitação citadina

recente, que expressa a matriz Swahili, é uma habitação retangular principal de cerca de 20 m<sup>2</sup>, alinhada à rua, e possui um quintal cercado de aproximadamente 100 m<sup>2</sup>. Nesse quintal, dispõem-se cômodos como banheiro, latrina e, eventualmente, a cozinha; na lateral, é comum haver pequenas construções, como quartos para os filhos, celeiro e hortas.

A Figura 5 mostra uma casa de planta autoconstruída em pau a pique, em 1998 (Carrilho, 2005). Na Figura 6, o desenho esquemático sintetiza a transição da casa do rural para o espaço urbano, numa fase inicial (1) e no recorte de Paquitequete (2), evidenciando o aumento da densidade dos lotes.

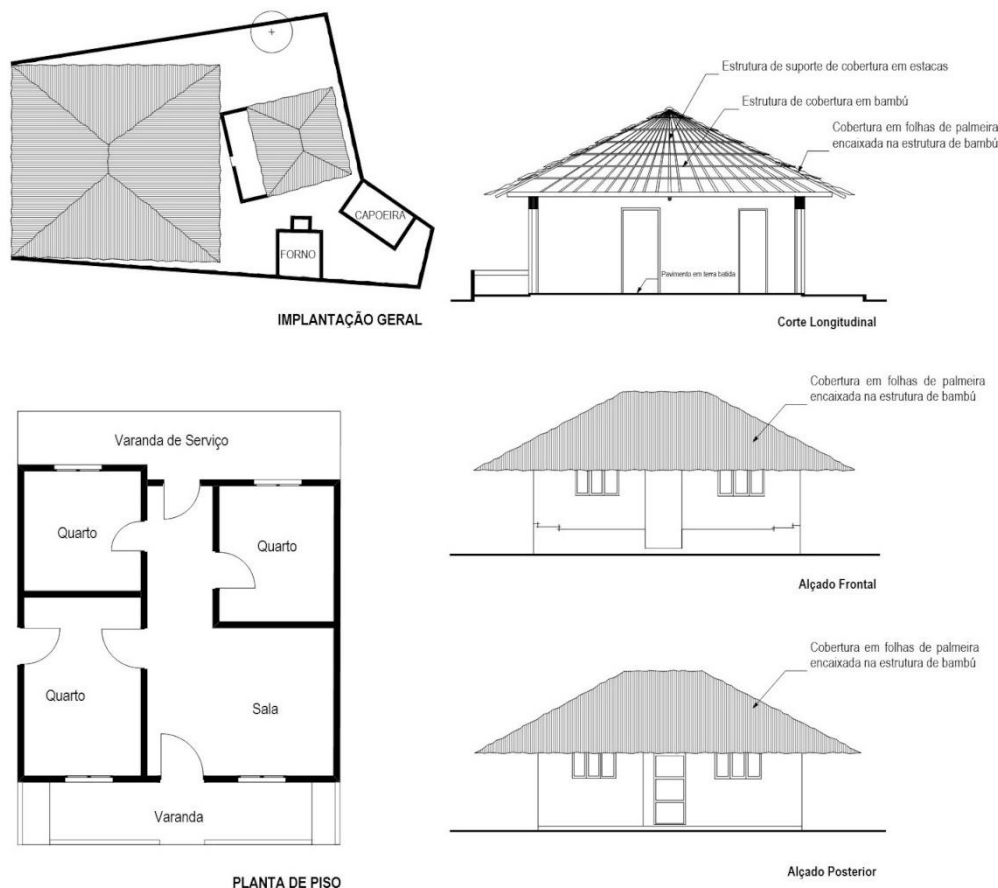


**Figura 5.** Casa em Paquitequete (fonte: desenho dos autores com base em Carrilho (2005))



**Figura 6.** Implantação da casa quadrangular nos lotes urbanos (1) fase inicial (2) Esquema da densidade atual de Paquitequete (fonte: esquemas realizados pelos autores (1) com base em Forte, 2011, e (2) sobre um recorte de Paquitequete do Google Maps)

### O tecido urbano: quarteirões, ruas e espaços abertos e a apropriação dos espaços em Paquitequete

Esta seção trata da história da formação de Paquitequete através da literatura e da análise descritiva dos seus elementos urbanos num recorte do bairro.

Segundo Del Bianco (2021), diferentes tipos de tecido urbano caracterizam a Morfologia Urbana de Pemba: o indígena (século XIX), o colonial (1920), a urbanização popular dos séculos XX e XXI e o assentamento informal periurbano contemporâneo (Pereira, 2012; Del Bianco, 2021). O tecido urbano de matriz Swahili (indígena) corresponde ao bairro de Paquitequete. Enquanto, o tecido colonial

localiza-se nas áreas de Baixa e Cimento, onde os edifícios de concreto têm um ou mais andares (Bruschi, Carrilho e Lage, 2005b). Os bairros, designados como de urbanização popular, foram construídos em malha urbana regular entre o período colonial e o socialista<sup>6</sup>.

Já os bairros mais recentes são caracterizados pelo crescimento informal em direção ao sul, configurando uma área periurbana, que mantém características rurais (Del Bianco, 2021).



**Figura 7.** Recorte de Paquitequete e Cimento, incluindo o Porto Amélia e a Avenida Marginal (fonte: mapa realizado por Iracema Carlos Andrade com base em mapa do Portal *WebGIS* de Moçambique e imagem de satélite do *Google Maps*)

A importância do bairro de Paquitequete em Pemba decorre da sobreposição de funções históricas, econômicas e morfológicas que o distinguem do traçado colonial português da cidade (UN-Habitat, 2023). A Figura 7 demarca o contraste entre os quarteirões orgânicos de matriz Swahili, a cidade de caniço e palha autoconstruída e a grelha geométrica ortogonal da cidade formal de cimento, local da elite.

O bairro de Paquitequete possui uma localização geográfica singular, situando-se na extremidade nordeste da península e do município de Pemba (Pereira, 2012). O bairro situa-se sobre uma faixa de areia (planície costeira de baixa altitude), entre palmeiras, e é separado do restante da península por um canal que outrora foi coberto por mangais (Moçambique, 2021).

Paquitequete é um bairro que, em suas características tipomorfológicas, é estável,

conforme Del Bianco (2021). A construção de novos edifícios deve-se ao processo de urbanização vivenciado pela cidade, com a migração crescente proveniente de outros distritos de Cabo Delgado. O último Censo (2017) registrou 16.069 habitantes em Paquitequete (INE, 2021). Com a deflagração dos ataques armados no norte da província, o bairro sofreu um adensamento drástico<sup>7</sup>. Estimativas de 2021 indicam que o bairro passou a ter cerca de 16.793 residentes somados a 12.980 deslocados internos, totalizando aproximadamente 29.773 pessoas (UN-Habitat, 2023). Essa pressão demográfica resultou num salto na densidade populacional, que passou de cerca de 30.808 hab/km<sup>2</sup> para 52.082 hab/km<sup>2</sup>. Para Feijó et al. (2022), este crescimento é visível na sobrelotação das habitações, na qual é frequente encontrar mais de 20 pessoas a residir na mesma casa.

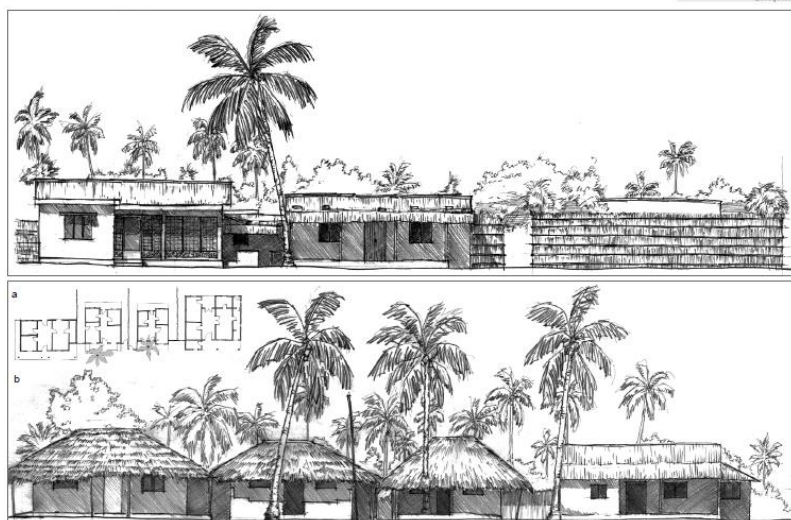


**Figura 8.** Casas de Paquiquequete linha superior: fachadas populares (modernizadas); linha inferior: fachadas e plantas e a arquitetura do tipo Swahili (fonte: Carrilho, 2005)

A distribuição dos quarteirões, lotes e casas apresenta uma composição orgânica, como indicam as Figuras 9 e 10. Contudo, os lotes não seguem formas nem dimensões regulares (Del Bianco, 2021); o tecido construído é compacto. A casa principal tem contato direto com a rua (Figura 8) e possui um corredor

central que liga a entrada ao quintal/pátio interno, que tende a ser pequeno (Figura 5). Os conjuntos de fachadas voltadas para as ruas costumam apresentar trechos regulares em seu alinhamento (Carrilho, 2005 e Del Bianco, 2021).



**Figura 9.** Recorte da área analisada, destacando os marcos locais (fonte: desenho de Iracema Carlos Andrade com base em mapas do Portal *WebGIS* de Moçambique e imagem satélite do *Google Maps*)

Paquiquequete é atravessado pela Avenida Marginal (ver Figura 7) que serve como o principal eixo de ligação entre o Porto Amélia, o centro da cidade e a Praia do Wimbe (Pereira, 2012). O bairro ainda apresenta uma

rede de ruas que acompanha organicamente as curvas de nível (Del Bianco, 2021). Carrilho (2005b, p. 79) elaborou a seguinte hierarquia do sistema viário: “ruas principais” que integram globalmente o bairro, são

transitáveis por veículos leves, articulando o bairro com os bairros vizinhos e com os “caminhos de penetração” para o “miolo do bairro”, que comportam veículos leves; finalmente, os “caminhos vicinais”, becos estreitos, estritamente pedonais, que dão acesso direto às habitações, esses caminhos organizam os fluxos locais.

Carrilho (2005b) também categoriza os largos e alargamentos (Figuras 9 e 10), que se referem aos “espaços de estar ao ar livre e de integração” (p. 79). Os mais destacados foram: núcleos do tipo largo ou praceta, onde há convergência entre os caminhos de

penetração e os vicinais e que funcionam como lugares de socialização. Os alargamentos dos caminhos de penetração servem à vivência ao ar livre e às habitações. Os largos são lugares estimados pelos moradores, onde sucedem “os batuques; [...] as cerimônias religiosas, como, por exemplo, o *Maulide*; [ainda] servem para as crianças e jovens se encontrarem e brincarem; arejam e desafogam o quarteirão” (Carrilho, 2005, pp. 79-80). Um dos maiores largos, próximo a uma das mesquitas da área de análise (Figura 9), abriga o campo de futebol Langa (Figura 11).

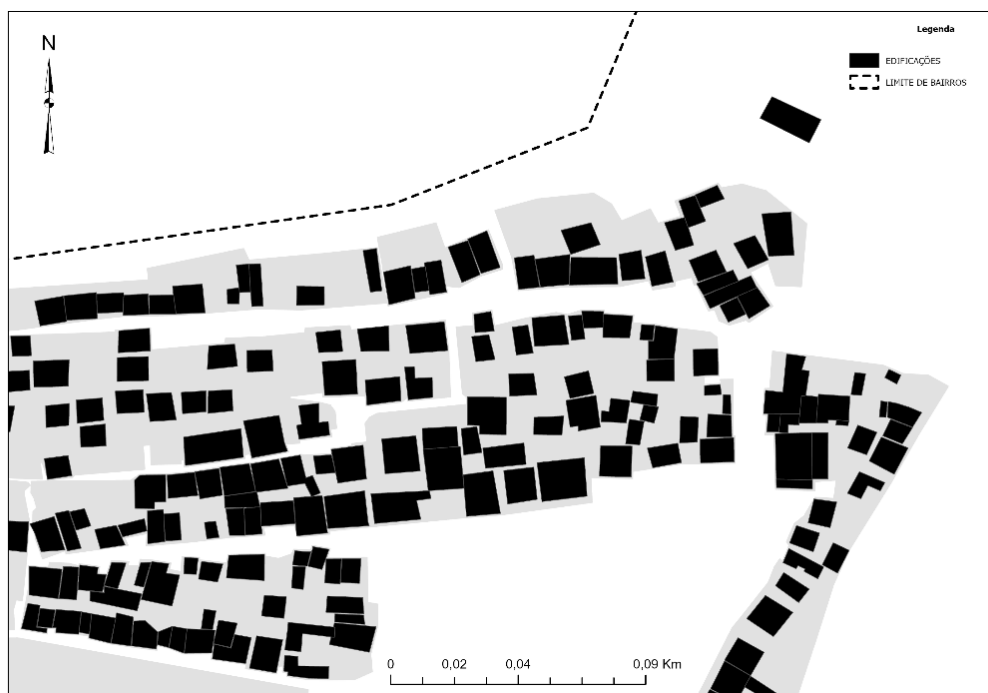


**Figura 10.** Cheios e vazios distinguindo limite da praia, casas e lotes (talhões) (fonte: desenho de Iracema Carlos Andrade com base em mapas do Portal *WebGIS* de Moçambique)

A culminação desta intrincada malha urbana encontra-se na dimensão privada, onde o lote e o quintal garantem as atividades da vida doméstica, que é introvertida num recinto fechado em relação à rua (Chueca citado em Menezes, 2001). Para os autores, o quintal é o centro da vida cotidiana, funcionando como sala de estar e como local de trabalho informal, um espaço doméstico exterior, como designa Veríssimo (2013).

Para Pereira (2012), o quarteirão não é um bloco isolado, mas um labirinto de vias orgânicas que prioriza o pedestre e a sombra, expressando uma urbanidade que reside na capacidade de auto-organização e no controle social do espaço pelos próprios moradores.

Pereira salienta que essa malha permite um sistema de circulação que favorece a vivência urbana em escala humana.

No entanto, esta configuração enfrenta, devido à migração descontrolada, um aumento da densidade que excede sua capacidade. Portanto, de acordo com o UN-Habitat (2023), o lote Swahili tem sido forçado a se fragmentar ou a adensar desordenadamente para acolher novos agregados familiares.

Del Bianco (2021) observou que o espaço público é bem delimitado no bairro: em cada área há uma praça onde se realizam atividades comunitárias. Ela ainda registra que o espaço público é bem delimitado e concentra a

maioria das funções públicas. Entre as funções mais relevantes estão a sede do bairro, as

mesquitas, o campo de futebol, a escola, o centro de saúde e as atividades comerciais.



**Figura 11.** Campo de futebol Langa, Paquitequete, em 2014 (fonte: Nossa pátria “Moçambique”, <https://www.facebook.com/photo/?fbid=122257485536247940&set=pemba-bairro-paquitequete-campo-de-langa-h%C3%A1-12-anos-atr%C3%A1s>)

A Mesquita Central é o edifício mais importante e o referencial do bairro. Segundo Bonate (2021), a população de Paquitequete é composta por cerca de 95% de muçulmanos. Na matriz Swahili, a mesquita é o marco morfológico e o polo organizador por excelência, onde se sucedem os alargamentos e para onde convergem os arruamentos. Elas definem uma centralidade pautada pela temporalidade das preces e pela escala da caminhada a pé. Esta forte identidade islâmica coexiste com igrejas cristãs, decorrentes da presença colonial e de migrações internas recentes, que estabelecem novas microcentralidades e redes de solidariedade, reconfigurando o espaço comunitário e de assistência no bairro (Moçambique, 2021; Pereira, 2012). Essa orientação religiosa e social reflete-se diretamente na estrutura física do bairro, com o predomínio da escala pedonal nos quarteirões e nas malhas de becos.

Paquitequete também se caracteriza pela praia, lembra Del Bianco (2021), um espaço público utilizado para o acesso ao mar, a pesca, a coleta de frutos do mar e o lazer. No entanto, ela ressalta as precárias condições de higiene em determinados setores da praia. A

verdadeira fachada do bairro está voltada para a Baía de Pemba. Portanto, por estes motivos, pode-se afirmar que o mar é a rua principal do bairro.

Outrossim, a pesca artesanal não é apenas uma atividade periférica, mas sim a atividade central geradora de fluxos. Embora a produção seja descrita como tecnicamente fraca ou rudimentar pelo CMCP (2014), constitui a base da sobrevivência de grande parte da população. Onde o peixe desembarca, estabelece-se um ponto vital de trocas que atrai o comércio informal, o que para Silva (2019), acaba moldando a sociabilidade por meio de uma economia de subsistência que conecta o bairro ao restante da cidade.

Estreitamente ligados a esse dinamismo marítimo do bairro, outros demarcadores de estruturação da matriz Swahili são os mercados e espaços de troca, herdados através do comércio local e ultramarino (Moçambique, 2021; Pereira, 2012; Bruschi, 2005a). O mercado de Paquitequete funciona como o coração do espaço público e da economia doméstica, servindo de ponto de encontro com a campesinidade (Bruschi, 2005a). Segundo o UN-Habitat (2023),

CMCP (2014) e Pereira (2012), o espaço urbano absorve tanto os recursos do mar quanto a produção agrícola trazida pelos novos migrantes das zonas rurais de Cabo Delgado, adaptando as práticas de troca informais ao modo de vida anterior no bairro. Para Silva (2019), esse espaço torna-se uma fusão cultural que acolhe práticas informais de sobrevivência, especialmente das mulheres que comercializam alimentos e produtos manufaturados em bancas e barracas dispersas.

Para além das trocas mercantis, a organização social e a paisagem simbólica do bairro são ancoradas pela centralidade sagrada e comunitária das mesquitas e das igrejas.

### **Considerações finais: a matriz Swahili e a forma social**

Não obstante a sentença de que a casa, tanto na África Oriental quanto em Moçambique, constitui a característica definidora da Morfologia Urbana da matriz Swahili, constata-se a relevância de sua inserção no lote e na malha urbana de Paquiqueute. Um aspecto característico do tecido urbano, resultante da relação entre a casa e o lote (talhão), é a configuração de uma invariante formal persistente diante das transformações e adaptações, espontâneas ou impostas, descritas sinteticamente na narrativa da trajetória da matriz Swahili.

O tecido urbano de Paquiqueute é uma fabricação que envolve o pensamento, a criatividade e a transformação de matérias-primas na construção do habitat. Portanto, trata-se de um “artefato sociocultural”, como diz Macucule (2014, s. p.), que plasma materialmente os conteúdos das práticas domésticas, comunitárias e sociais locais.

Recorda-se que a delimitação, em um comparativo como o lote, foi utilizada pelos povos moçambicanos que adotaram a matriz Swahili no contexto da campesinidade. Inicialmente, os limites foram ditados pelas referências físico-simbólicas, mas também para distinguir e cercar a aldeia e as machambas da mata e da floresta (Menezes, 2001). Além disso, na arquitetura africana, o lugar e a disposição exercem um papel fundamental: são afinidades distinguíveis no imenso universo de diferenças étnicas e geográficas do continente (Steyn, 2020).

Assim, indica-se a articulação entre a casa e o lote como um marco morfológico estruturante de Paquiqueute. De modo que reafirma a hipótese inicial de que, em Paquiqueute, a matriz Swahili se expressa nas formas físicas construídas, correlacionadas à reprodução da vida e à prática social e comunitária.

A organização física das casas simplificou-se, dissimulou os fundamentos físico-simbólicos, alinhou-se ao cotidiano citadino e à informalidade no acesso à terra e adaptou-se à malha urbana ocidental. Manteve, entretanto, o crescimento incremental da casa quadrangular no urbano, que configura um mosaico irregular de lotes interconectados, onde se desenvolvem a subsistência da família e a vida comunitária. Enquanto no tecido compacto peculiar, os espaços privados e introspectivos reforçam a proximidade islâmica, os espaços públicos de intensa sociabilidade expressam o reconhecimento e o controle comunitário.

A matriz Swahili figura como uma “herança pré-capitalista da urbanidade doméstica e das culturas agrícolas urbanas” (Veríssimo, 2013, pp. 178-179) e merece destaque no quadro do urbanismo de Moçambique. A sua trajetória em solo moçambicano configura o reencontro da ruralidade com o urbano, com a afeita espontaneidade, a autoconstrução e a auto organização, fatores decisivos da urbanização moçambicana, sobretudo nas áreas periféricas e periurbanas. Por sua vez, a urbanização ecológica, afim às matrizes indígenas moçambicanas, descrita tanto por Veríssimo (2013) quanto por Forte (2011), distingue-se no contexto da crise climática que afeta diretamente Cabo Delgado. Este quadro permite afirmar que pensar a casa desarticulada dos elementos estruturantes da malha urbana mutila sua potência adaptativa, agregadora, comunitária e de adequação ambiental.

A forma (construída) é compreendida como um arranjo significativo que objetiva o sentido comum. Propriamente, argumenta-se que o sentido, a forma construída e a práxis intrincam-se como “dimensões elementares de apropriação e organização do mundo” (Araújo, 2012, p. 138), no entendimento convergente da forma social. Para Sodré (2002, p. 10), “a forma social é o que permite a apreensão sensível [...] de um estilo de vida,

com sua atmosfera particular, sua multiplicidade numa unidade e seu relacionamento com o espaço”.

As formas sociais expressam arranjos de coexistência, tal como apontou Sodré (2002) em seu estudo sobre o terreiro, descrito como uma “conversão analógica” (2002, p. 113) de símbolos litúrgicos e sociais de um continente para o outro. Enquanto a matriz Swahili processa arranjos de coexistência longevos, adaptando-os e atualizando-os, atuando como um estratagema de continuidade na descontinuidade (Sodré, 2002) e de permanência diante das inflexões e rupturas históricas. Reitera-se: a matriz Swahili opera simultaneamente como um artefato sociocultural e como um gerador de estabilidade socioespacial, de resistência e de insubmissão.

A leitura da matriz Swahili de Paquique permitiu observar que as formas construídas e as formas de vida social funcionam separadamente apenas por razões analíticas. Ledrut (1974) assinala sua reciprocidade, correspondência, vínculo e unidade. Enquanto Santos (1999) argumenta que se trata de mais do que uma “relação funcional” (p. 81), pois a vida social (fundo) é “o sistema das virtualidades, do potencial e das forças em movimento, enquanto as formas são o sistema da atualidade. O que permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente” (Santos, 1999, p. 81). Para completar, Ledrut (1974, p. 266, trad.) define o ordenamento urbano como o “conjunto de meios através dos quais uma coletividade assume o seu porvir”. Justamente um fator potencial de auto-organização e de autoconstrução da matriz Swahili.

Contudo, a casa Swahili que tem resistido aos embates entre a cidade indígena e popular e a cidade do mapa e do plano (Macucule, 2014), tanto do colonialismo português quanto do socialismo centralizador, enfrenta desafios agravados pelo contexto socioambiental hostil decorrente do modelo neoliberal vigente em Moçambique (Forte, 2011) pelo extremismo violento e pelos desastres climáticos. Neste sentido, considera-se que a valorização da matriz Swahili é um requisito ético e prático essencial para subsidiar futuros planos de ordenamento territorial inclusivos e atentos à memória local.

## Notas

<sup>1</sup> Os portugueses tiveram dificuldades para entrar, conquistar e manter o território devido à forte oposição dos povos nativos, conforme Bruschi e Lage (citado em Forte, 2011, trad.).

<sup>2</sup> Guerra de Independência (1964-1974) contra Portugal e a Guerra Civil Moçambicana (1977-1992).

<sup>3</sup> As estratégias da ação colonizadora portuguesa que impactaram o território e a sociedade moçambicanos: a dominação, a distribuição e a exploração do território (dominação do espaço). As políticas de aculturação dos nativos: tal como a mudança na noção de propriedade e a estruturação de relações hierárquicas entre homens e mulheres, a partir da introdução do patriarcado. E ainda a implementação de modos de produção capitalistas, orientados ao mercado da metrópole (Barrios Diaz, 2024).

<sup>4</sup> O governo socialista implementou, entre 1975 e 1986, a Aldeização: uma política de concentração populacional em assentamentos urbanos planejados (Forte, 2011), de urbanização do campo e de coletivização da produção. Este processo implicou em perda de autonomia sobre a localização e forma das moradias, que deveriam ser construídas conforme as normas estatais (Mosca, 2005).

<sup>5</sup> A árvore sagrada, guardiã da tradição e da ancestralidade, símbolo da comunhão com a terra, de acordo com Forte (2011, p. 42), “era o fundamento simbólico e o centro do assentamento; era também o local de culto onde se realizavam rituais e onde se situava o altar da família”. Forte conta que havia rituais para encontrar a árvore sagrada e determinar seu pendor “para afastar perigos e espíritos malignos” (2011, p. 45).

<sup>6</sup> Períodos históricos propostos por João Mosca (2005): Pré-colonial, Colonial (séculos XVI-XX [1975]), Socialista (1975-1987), Reestruturação Econômica (1987-2000), atualmente: Capitalismo Financeirizado e Dependente.

<sup>7</sup> Cabo Delgado, Moçambique, a simultaneidade de ciclones tropicais e de extremismo violento, entre 2017 e 2024, provocou severas consequências humanitárias, agravadas por vulnerabilidades sistêmicas relacionadas à pobreza, às tensões étnicas, geracionais e políticas.

## Referências

- Araújo, J. A. (2012) “Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre”, *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, 16(2), 133–142. DOI 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74258.  
<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74258>
- Barrios Diaz, J. A. S. (2023) “A convenção colonial de Moçambique: dos impérios africanos à colônia e província ultramarina”, *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, 8 (16), 55-78.  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/134080>
- Bonate, L. J. K. (2021) “Muslim family in northern Mozambique: Sharī’a, matriliney and the official legislation in Paquitequete”, *Journal of Religion in Africa*, Leiden, (51)1, 1-24.  
[https://www.researchgate.net/publication/352296289\\_Muslim\\_Family\\_in\\_Northern\\_Mozambique\\_Sharia\\_Matriliney\\_and\\_the\\_Official\\_Legislation\\_in\\_Paquitequete](https://www.researchgate.net/publication/352296289_Muslim_Family_in_Northern_Mozambique_Sharia_Matriliney_and_the_Official_Legislation_in_Paquitequete)
- Borges, H. F. (2025) “Morfologia Urbana no Brasil: o patinho feio?” *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, 25(2), 15-24. DOI 10.5935/cadernospos.v25n2p15-24
- Bruschi, S. (2001a) *Campo e cidades da África antiga* (FAPF, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo).
- Bruschi, S. (2001b) “Casa Swahili do norte de Moçambique”, em Carrilho, J.; Bruschi, S., Menezes, C. e Lage, L. *Um olhar para o habitat informal moçambicano: de Lichinga a Maputo* (FAPF-UEM, Maputo) 43-55.
- Bruschi, S. (2005a) “Breve história do urbanismo moçambicano”, em Bruschi, S. e Lage, L. *O desenho das cidades: Moçambique até o século XXI* (FAPF, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo) 9-71.
- Bruschi, S. (2005b) “Alguns elementos de história urbana, para discutir origem e futuro de uma cidade”, em Bruschi, S., Carrilho, J. e Lage, L. *Pemba, as duas cidades*. (FAPF-UEM, Maputo) 6-14.
- Bruschi, S., Carrilho, J. e Lage, L. (2005a) *Pemba, as duas cidades*. (FAPF-UEM, Maputo)
- Bruschi, S., Carrilho, J. e Lage, L. (2005b) “Ler a cidade formal”, em Bruschi, S., Carrilho, J. e Lage, L. *Pemba, as duas cidades* (FAPF-UEM, Maputo) 15-43.
- Bruschi, S., Carrilho, J. e Lage, L. (2005c) *Era uma vez uma palhota* (FAPF, Maputo).
- Carrilho, J. (2005) “Quitêqueth”, em Bruschi, S., Carrilho, J. e Lage, L. *Pemba, as duas cidades* (FAPF-UEM, Maputo) 71-88.
- Chauí, M. (1999) *Introdução à história da filosofia I: dos pré-socráticos a Aristóteles* (Companhia das Letras, São Paulo).
- Conselho Municipal da Cidade de Pemba (2023) *Plano de estrutura urbana da cidade de Pemba: relatório de fundamentação das opções tomadas no Plano II* (CMCP, Pemba).
- Conselho Municipal da Cidade de Pemba (2014) *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Pemba: PEDM 2014-2018* (Conselho Municipal da Cidade de Pemba).  
<https://gotopembard.wordpress.com/estrategia-as-municipio-de-pemba/>
- Del Bianco, C. (2021) *Pemba: spontaneous living spaces* (Routledge; Taylor & Francis, New York) *E-book*.
- Feijó, J., Salite, D., Maquenzi, J. e Kirshner, J. (2022) *Caracterização das condições socioeconômicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021* (Observatório do Meio Rural, Working Paper, Maputo)  
<https://eprints.whiterose.ac.uk/id/eprint/19331>
- Forte, J. C. (2011) “An insight into an outside living – the mozambican open house as a sustainable answer for informal settlements: case study Maputo”. Dissertação de Mestrado publicada (Universidade Técnica de Darmstadt, Alemanha).
- Instituto Nacional de Estatística (2021) Delegação Provincial de Cabo Delgado. “Folheto estatístico”, distrito de Pemba (INE, Pemba) <https://www.ine.gov.mz>
- Instituto Nacional de Estatística (2022) *Moçambique Publicação*. (INE, Maputo).  
<https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/mocambique-publicacao-1>.
- Ledrut, R. (1974) *El espacio social de la ciudad: problemas de sociología aplicada al*

*ordenamiento urbano* (Amorrortu, Buenos Aires).

Macucule, D. A. (2014) “Morfogénese urbana em Maputo - identidades justapostas: narração para uma epistemologia urbana. [https://www.academia.edu/10204090/Morfog%C3%A9nese\\_Urbana\\_em\\_Maputo\\_Identidades\\_Justapostas\\_Narra%C3%A7%C3%A3o\\_Para\\_Uma\\_Epistemologia\\_Urbana?sm=b](https://www.academia.edu/10204090/Morfog%C3%A9nese_Urbana_em_Maputo_Identidades_Justapostas_Narra%C3%A7%C3%A3o_Para_Uma_Epistemologia_Urbana?sm=b) .

Menezes, C. (2001) “Mito e cosmogonia na concepção do assentamento moçambicano”, em Carrilho, J. e Lage, L. *Um olhar para o habitat informal moçambicano: de Lichinga a Maputo* (FAPF-UEM, Maputo) 57-67.

Moçambique (2021) Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. Fundo de Fomento de Habitação. *Quadro de Gestão Ambiental e Social* (QGAS): Projecto de Desenvolvimento Urbano do Norte de Moçambique (n. P175266) (MOPHRH/FFH, Maputo).

Mosca, J. (2005) *A economia de Moçambique no século XX* (Instituto Piaget, Lisboa).

Moudon, A. V. e Oliveira, V. (2017) “Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente”. *Revista de Morfologia Urbana*, [S. l.], (3)1, 41–49. DOI 10.47235/rmu.v3i1.16.

<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/16>

Nossa pátria "Moçambique" (2024) Fotografia de Pemba: bairro Paquitequete - Campo de Langua há 12 anos atrás. Facebook <https://www.facebook.com/photo/?fbid=122257485536247940&set=pemba-bairro-paquitequete-campo-de-langua-h%C3%A1-12-anos-atr%C3%A1s>.

Paulo, M., Rosário, C. e Tvedten, I. (2006) *"Xiculungo", relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique* (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo; Chr. Michelsen Institute, Bergen).

Pereira, R. P. S. (2012) “Instrumento de planeamento para cidades médias moçambicanas: o caso de Pemba”. Dissertação de Mestrado publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Priberam (2013) *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, E-book.

Prita Meier, S. (2016) *Swahili port cities: the architecture of elsewhere* (Indiana University Press, Bloomington, EUA), E-book.

Ribeiro, E. T. N. (2021) “Dinâmicas socioespaciais e autoss segregação na cidade da Matola, Moçambique”, Tese de Doutoramento publicada, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/38bb6534-5e41-47ef-bf63-04d2c1bbc4c6>

Santos, M. (1999) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. (Hucitec, São Paulo).

Silva, T. S. M. (2019) *Progetto PLATIP - Pemba: un approccio integrato alla pianificazione urbana aperto alla partecipazione dei cittadini in una città dell'Africa in rapida espansione*, Tesi Laurea Magistrale in Architettura Costruzione e Città [Dissertação de Mestrado publicada], Politecnico di Torino, Torino. <https://webthesis.biblio.polito.it/14773/1/tesi.pdf>

Sodré, M. (2002) *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira* (Imago, Rio de Janeiro; Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador).

Steyn, G. (2020) “Aspects of spatiality in African architecture”, *South African Journal of Art History*, (35)1, 1-15. [link.gale.com/apps/doc/A675905480/AONE?u=googlescholar&sid=googleScholar&xid=24efdf14](https://link.gale.com/apps/doc/A675905480/AONE?u=googlescholar&sid=googleScholar&xid=24efdf14)

Theal, George McCall (1902) *O início da história da África do Sul* (Unwin, Londres). [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:East\\_Africa,\\_c.1500.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:East_Africa,_c.1500.jpg).

UN-Habitat (2023) *Município de Pemba: análise espacial do impacto da crise dos deslocamentos no Município de Pemba: perfil urbano de Pemba* (UN-Habitat Mozambique Country Office, Maputo).

Veríssimo, C. (2013) “A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 100, 177-212. DOI 10.4000/rccs.5277. <http://journals.openedition.org/rccs/5277>

Wynne-Jones, S. e Fleisher, J. (2014) “Swahili urban spaces of the eastern african coast, em Creekmore III, A. T. e Fisher, K. D. (eds.).

*Making ancient cities: space and place in early urban societies* (Cambridge University Press, Cambridge) 111–144.

---

*Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.  
Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.*

*Licenciado sob uma licença Creative Commons.*

